



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0296920-2

APELANTES: *MUNICÍPIO DE IBIMIRIM*

APELADO: *ADELMO INOCENCIO LIMA*

RELATOR: *DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO*

EMENTA: AÇÃO CIVIL DE DANOS POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. LEI 8.429/92 art.23 e art.37 §5º CF. IMPRESCRITIBILIDADE DO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. PRESCRIÇÃO AFASTADA. SENTENÇA ANULADA COM A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS A INSTÂNCIA ORIGINÁRIA PARA O SEU REGULAR PROSSEGUIMENTO. APELAÇÃO PROVIDA UNANIMAMENTE.

1 – Trata-se de apelação cível interposta pelo Município de Ibimirim nos autos da ação de improbidade administrativa que move em face do ex-prefeito do município, Adelmo Inocêncio Lima. A sentença de fls. julgou improcedente o pedido autoral em decorrência da verificação de prescrição quinquenal, extinguindo o feito com resolução de mérito com fulcro no art.269,IV,CPC.

2 – Conforme se depreende da inicial, o apelado celebrou, enquanto prefeito do Município de Ibimirim nos anos de 2001 a 2004, convênio com o Estado de Pernambuco através da agência CONDEPE/FIDEM a fim de receber verbas para a construção de uma praça. A obra, no entanto, não foi realizada e os valores já transferidos ao município não foram repassadas por completo à CONDEPE/FIDEM, motivo pelo qual o município foi inserido como inadimplente na Controladoria do Estado.

3 - A pretensão de ação de improbidade prescreve em cinco anos, contados a partir do término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

4 - As sanções decorrentes de atos de improbidade administrativa estão dispostas no art.37 §4º da CF e são quatro: suspensão dos direitos políticos, perda de função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

5 - Sendo assim, por força constitucional, ainda que a ação de improbidade tenha sido proposta sete anos após o encerramento do mandato do ex-prefeito, o dever ressarcimento ao erário não prescreveu.

6 - Por fim, em decorrência da necessidade de instrução processual para apuração dos valores exatos a ser ressarcidos, o mérito não pode ser analisado por este tribunal, sob pena de supressão de instância, devendo os autos retornar ao juízo de Ibimirim para regular processamento.

7- Após os debates pelos desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público, afastou-se a prescrição anulando a sentença que extinguiu prematuramente o feito, determinando a continuidade dos atos instrutórios pelo juízo de primeiro grau.

8 – À UNANIMIDADE DE VOTOS, PROVEU-SE A APELAÇÃO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nestes autos de Apelação Cível nº0296920-2, acordam os Desembargadores que integram a Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia 03/04/2014, à unanimidade, em **DAR PROVIMENTO** ao recurso interposto pelo **MUNICÍPIO DE IBIMIRIM** tudo conforme os votos constantes nas notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 29/05/2014


Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Desembargador



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

183
10

3º CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0296920-2

APELANTES: MUNICÍPIO DE IBIMIRIM

APELADO: ADELMO INOCENCIO LIMA

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

RELATÓRIO

Trata-se de apelação cível interposta pelo Município de Ibimirim nos autos da ação de improbidade administrativa que move em face do ex-prefeito do município, Adelmo Inocêncio Lima. A sentença de fls. julgou improcedente o pedido autoral em decorrência da verificação de prescrição quinquenal, extinguindo o feito com resolução de mérito com fulcro no art.269,IV,CPC.

Conforme se depreende da inicial, o apelado celebrou, enquanto prefeito do Município de Ibimirim nos anos de 2001 a 2004, convênio com o Estado de Pernambuco através da agência CONDEPE/FIDEM a fim de receber verbas para a construção de uma praça. A obra, no entanto, não foi realizada e os valores já transferidos ao município não foram repassadas por completo à CONDEPE/FIDEM, motivo pelo qual o município foi inserido como inadimplente na Controladoria do Estado.

Contrarrrazões de fls.126/144 e parecer ministerial de fls.177/180 opinando pela anulação parcial da sentença.

É o Relatório.

À Revisão.

Recife, 10/12/2013.

Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



189

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0296920-2

APELANTES: *MUNICÍPIO DE IBIMIRIM*

APELADO: *ADELMO INOCENCIO LIMA*

RELATOR: *DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO*

VOTO

Presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, **passo a decidir.**

DOS FATOS

O convênio do Município de Ibimirim com a CONDEPE/FIDEM, durante a gestão do ex-prefeito, foi celebrado nos seguintes moldes: quatro parcelas, sendo (i) de R\$100.000,00 (cem mil reais); (ii) de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais); (iii) de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); (iv) de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). As duas primeiras parcelas foram transferidas ao município, perfazendo o valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais). Ademais, caberia ao Município repassar o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) à CONDEPE/FIDEM, mas o repasse deu-se apenas parcialmente, no valor de R\$23.000,00 (vinte e três mil reais).

Conforme se extrai do documento de fls.15, houve descumprimentos contratuais e paralisação da obra, sem que o Município apresentasse as prestações de contas devidas a fim de apurar-se possíveis pendências financeiras e dano ao erário.

Os R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) passados ao Município permanecem com destinação incerta, fazendo-se necessária uma tomada de contas minuciosa a respeito da destinação dos valores e do prejuízo inconteste infligido ao ente público em decorrência do início e abandono da obra.

Entretanto, a pretensão de ação de improbidade prescreve em cinco anos, contados a partir do término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança. Assim vejamos o art.23 da Lei 8.429/92:



190

[Assinatura]

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:

I - até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

II - dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.

Dessa forma, ainda que a CONDEPE/FIDEM tenha apurado as irregularidades apenas em 2009, o dispositivo de lei é claro ao estabelecer o fim do **mandato** como início do prazo prescricional. Entretanto, apesar do que diz o artigo supra, a sentença proferida pelo Exmo. Juiz da Vara de Ibimirim não merece prosperar.

As sanções decorrentes de atos de improbidade administrativa estão dispostas no art.37 §4º da CF e são quatro: suspensão dos direitos políticos, perda de função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário. Com relação a este último, no entanto, a CF é clara no que diz respeito a sua imprescritibilidade:

Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

Sendo assim, por força constitucional, ainda que a ação de improbidade tenha sido proposta sete anos após o encerramento do mandato do ex-prefeito, o dever ressarcimento ao erário não prescreveu. Nesse sentido, vejamos o entendimento jurisprudencial:

CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. CONTRATO. SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA SEM LICITAÇÃO. RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO. ART. 37, § 5º, DA CF. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.

1. As ações que visam ao ressarcimento do erário são imprescritíveis (artigo 37, parágrafo 5º, in fine, da CF). Precedentes.

(AI 712435 SP Rel. Min. ROSA WEBER Julgamento: 13/03/2012)

RECURSO – AGRAVO INOMINADO – ARTIGO 557, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – INCONFORMISMO MANIFESTADO CONTRA DA RELATORIA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

191
AS
PL

PELA QUAL FOI PARCIALMENTE PROVIDO O APELO DO ORA AGRAVADO; AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – EX-PREFEITO – PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA – PROSSEGUIMENTO DO FEITO QUANTO AO RESSARCIMENTO DO DANO AO ERÁRIO MUNICIPAL. O artigo 37, parágrafo 5º, da Constituição da República distinguiu expressamente as hipóteses de apuração e punição de ilícitos praticados por agentes públicos e de ressarcimento do erário aviltado. Prescrição quinquenal que alcança apenas a pretensão punitiva do agente pública improbo, nos termos do artigo 23, inciso I, da Lei 8.429 de 1992. É imprescritível a ação de ressarcimento de ressarcimento dos prejuízos causados ao erário, por força do que dispõe a Constituição da República no seu art. 37, § 5º. Desprovido do recurso”.

(ARE 762543 RJ Rel. Min. GILMAR MENDES Julgamento: 22/07/2013)

f

Por fim, em decorrência da necessidade de instrução processual para apuração dos valores exatos a ser ressarcidos, o mérito não pode ser analisado por este tribunal, sob pena de supressão de instância, devendo os autos retornar ao juízo de Ibimirim para regular processamento.

Diante todo o exposto, voto pelo PROVIMENTO do recurso interposto pela parte, reformando em parte a sentença de primeiro grau, para afastar a prescrição de pretensão ao ressarcimento ao erário público, devendo os autos ser remetidos ao juízo de origem para que seja apurada a responsabilidade do agente público pelo ato e determinado o *quantum* de ressarcimento.

Recife, 03/04/14

Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Desembargador



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

17

3ª Câmara de Direito Público

Ação Originária: AÇÃO CIVIL DE REPARAÇÃO DE DANOS POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Apelação Cível nº 296920-2

Apelante (s): Município de Ibimirim

Apelado (a/s): Adelmo Inocêncio Lima

Relator: Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Revisor: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO DE REVISÃO:

A jurisprudência pacífica dos Tribunais Superiores, aliada à substancial opinião doutrinária, já sedimentou o alcance da norma constitucional prescrita no art. 37, §5º, da CF/88: as ações de ressarcimento ao erário são imprescritíveis.

Analisados os autos, acompanho as razões de decidir apontadas no voto do relator, e posiciono-me pelo **PROVIMENTO** do apelo, a fim de afastar a prescrição e anular a sentença que extinguiu prematuramente a ação, determinando-se a continuidade do feito, com a realização dos atos instrutórios.

É como voto.

Recife, 03 de Abril de 2014

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 03/04/2014

APELAÇÃO Nº 296920-2 - IBIMIRIM

APELANTE: MUNICÍPIO DE IBIMIRIM

APELADO: ADELMO INOCÊNCIO LIMA

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

REVISOR: DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

RELATÓRIO: FL. 183 DOS AUTOS.

DOUTORA ANDRÉA FERNANDES NUNES PADILHA (PROCURADORA DE JUSTIÇA)

Questão de fato.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE E REVISOR)

Como a matéria está em discussão, não houve pedido de sustentação oral. A rigor, o Ministério Público deveria ter se manifestado após o relatório, mas foi emendando!... Dou a palavra à Doutora Andréa, que tem uma questão de fato a indagar.

DOUTORA ANDRÉA FERNANDES NUNES PADILHA (PROCURADORA DE JUSTIÇA)

Indago ao Relator se existe, na sentença, dano ao erário, determinado para devolução. Já que Vossa Excelência está falando em prescrição, e entendemos a imprescritibilidade do dano ao erário.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

Senhor Presidente, porque o eminente Relator acaba de ler o relatório. Não está ainda na fase de discussão.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE E REVISOR)

Está aberta agora, porque a Doutora Procuradora pediu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

Mas o Relator não proferiu o voto ainda. Se ela quisesse fazer a sustentação oral...

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE E REVISOR)

Devolvo a palavra ao Desembargador Alfredo Jambo.

DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO (RELATOR)

O Desembargador Antenor tem uma preocupação, talvez, o entendimento do Ministério Público seja convergente. E depois da leitura do voto, abre-se a discussão, não é isso?

Então, no voto, digo o seguinte: VOTO DO RELATOR: FLS. 191/193 DOS AUTOS.

VOTO DE REVISÃO: FL. 194 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO (RELATOR)

Diante de todo o exposto, voto pelo provimento parcial do recurso interposto pela parte, reformando em parte a sentença de Primeiro Grau, para afastar a prescrição de pretensão ao ressarcimento ao erário público, devendo os autos ser remetidos ao Juízo de origem para que seja apurada a responsabilidade do agente público pelo ato e determinado o *quantum* de ressarcimento.

Excelência, como a prova é o fundamento das decisões e das sentenças, há uma carência de prova que entendi que devo remeter ao Juízo, para ficar muito claro isso, porque Vossa Excelência sabe o cuidado que temos nesse tipo de ação, em quase todos eles, mas este aqui, nós estamos preocupados também. O meu voto foi esse.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE E REVISOR)

Em revisão, as conclusões a que chego, são absolutamente as mesmas, exceto na expressão: provimento parcial. É hipótese de provimento. O que se está a dizer é que é distinguir entre o *nomen iuris*, porque ficou improbidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

administrativa, porque o que está havendo é uma reparação de dano, um ressarcimento de um suposto dano, se ocorreu ou não é outra conversa, causado ao erário municipal, ponto!

Então, a ação, nos termos constitucionais, é imprescritível para apurar se houve dano e quem causou o dano. Então, se estou dizendo que o juiz extinguiu por prescrição e o voto do Relator e o meu voto está dizendo que não há prescrição nenhuma, porque a matéria ressarcimento é imprescritível.

Então, como vou falar em provimento parcial, é provimento mesmo. É mandar baixar para o juiz julgar.

DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO (RELATOR)

Excelência, nesse sentido, acompanho Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE E REVISOR)

A matéria está em discussão.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

O Ministério Público é o autor da ação, não é isso?

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE E REVISOR)

É o autor da ação.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

O Ministério Público, quando apelou, ele pediu que imediatamente julgássemos o mérito, para julgar procedente ou não. É por isso que quero saber se o provimento é mesmo parcial ou não é.

DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO (RELATOR)

Vossa Excelência acompanha a reflexão do Presidente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE E REVISOR)

Veja, independente de solicitação expressa ou não, seria possível caso se tratasse de causa madura. Não é a hipótese. O Desembargador Alfredo Jambo já demonstrou - a matéria de prova que precisa ser feita.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

O processo está no início, naquela fase de prelibação.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE E REVISOR)

Prescrição, você tem que saber – primeiro: Houve dano? Qual a extensão do dano? Quem praticou o dano? Então, são vários passos que precisam ser processados no juízo de cognição. Não dá para se utilizar o critério da causa madura.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

Agradeço e concordo inteiramente.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE E REVISOR)

Só queria dizer que o Município foi o autor do ressarcimento e é o Apelante. Não foi o Ministério Público.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

Perfeito. Mas estou de inteiro acordo com a nulidade do ato sentencial e também voto pelo provimento a fim de que o processo retorne ao Juízo de origem e que seja dado regular processamento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE E REVISOR)

A Senhora estava botando a toga. É matéria de fato a esclarecer, porque se for para argumento, já passou a fase.

DOUTORA ALINE RAMOS LIMA (ADVOGADA OAB/PE 22040)

É matéria de fato.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE E REVISOR)

Pode ser que tenhamos nos enganado na leitura. Por favor, coloque a toga, identifique nome, número da OAB, parte que está a representar e apresente questão de fato. Só aviso que se for argumentar, vou cortar a palavra.

DOUTORA ALINE RAMOS LIMA (ADVOGADA OAB/PE 22040)

O processo, em pauta, é o da Apelação 296920-2, em que são partes o Município de Ibimirim e Adelmo.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE E REVISOR)

A Senhora está representando?

DOUTORA ALINE RAMOS LIMA (ADVOGADA OAB/PE 22040)

Adelmo.

DOUTORA ALINE RAMOS LIMA (ADVOGADA OAB/PE 22040)

O único ponto que eu queria esclarecer dos fatos é que a obra estava prevista para terminar em 2005, quando já não era mais o gestor o atual réu. Então, (tem nos autos) os valores que foram repassados, durante o governo de Adelmo, foram inteiramente usados na obra. A obra foi feita, ela não foi concluída em razão de fortes chuvas que ocorreram no final de 2004.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE E REVISOR)

A Senhora já está argumentando. A matéria de fato é que, em conclusão anterior!... É enriquecedora a sua argumentação para o juiz lá apreciar.

DOUTORA ALINE RAMOS LIMA (ADVOGADA OAB/PE 22040)

Desculpe-me, Excelência.

DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO (RELATOR)

Inclusive está, nos autos, tudo isso aí, menos as provas que ainda vão ser colhidas.

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, DADO PROVIMENTO AO APELO, A FIM DE AFASTAR A PRESCRIÇÃO E ANULAR A SENTENÇA QUE EXTINGUIU PREMATURAMENTE A AÇÃO, DETERMINANDO-SE A CONTINUIDADE DO FEITO, COM A REALIZAÇÃO DOS ATOS INSTRUTÓRIOS".

Fc

Fc